



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

**A formação de uma rede de ONGs para promoção de energias renováveis no
Brasil: RENOVE (2000-2015)**

ALESSANDRA DA MOTA MATHYAS

Trabalho final apresentado em conclusão ao
Curso de Especialização em Relações
Internacionais

Orientação: Professora Cristina Inoue

Brasília/DF – 2016

Resumo

Este artigo contextualiza a formação da Rede Nacional de Organizações da Sociedade Civil para as Energias Renováveis – Renove, na virada do século XXI, com vistas a conseguir espaços institucionais para defender a bandeira da microgeração de energia limpa. Trata-se de uma rede constituída por ONGs brasileiras, de alcance transnacional, que conseguiu projeção pelo trabalho de base impulsionado pela Agência de Cooperação dos Estados Unidos – Usaid. O texto faz um estudo de caso mostrando os resultados práticos e políticos dos investimentos destinados a esse grupo de ONGs e como o trabalho delas agora inspira outras redes na América Latina.

Palavras chave: energias renováveis – cooperação para o desenvolvimento – redes transnacionais

Abstract

This article contextualizes the formation of the National Civil Society Organizations Network for Renewable Energy – (Renove, in Portuguese) at the turn of the century XXI, with a view to achieving institutional spaces to defend the banner of clean energy microgeneration. It's a network of Brazilian NGOs, transnational reach, it could forecast the groundwork driven by the United States Cooperation Agency – Usaid. The text is a case study showing the practical and political results of the investments intended to this group of NGOs and how their work is inspiring other networks in Latin America now.

Keywords: renewable energy - development cooperation – transnational networks

Introdução

No último século, o planeta viveu um grande crescimento industrial e de serviços que tem levado a um esgotamento dos recursos naturais. A necessidade energética aumenta mais e mais¹ e novas formas de se obter energia sem ruir com os recursos naturais vêm sendo a tônica de importante agenda internacional (uma das mais significativas foi

¹ Um exemplo está descrito no estudo Panorama Energético: Perspectivas para 2040, da empresa petrolífera Exxon Mobil. Segundo ele, a demanda de eletricidade aumentará em 90%. Disponível em <http://exxonmobil.com.br/Brazil-Portuguese/PA/Files/PanoramaEnergetico2014.pdf> Acesso em 30 nov 2015.

a COP 21 de Paris, em dezembro 2015, cujas resoluções poderão se transformar em ações relevante para redução das emissões de gases de efeito estufa e o impedimento do aquecimento do planeta). Um desses mecanismos é a produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis (sol, vento, água, biomassa) e sua geração no ponto de consumo. Para os especialistas do setor² isso evitaria a necessidade de mais grandes obras de geração, como grandes hidrelétricas e térmicas a combustíveis fósseis e longas linhas de transmissão de energia, que demandam grande soma de recursos e desperdiçam a energia ao longo de sua extensão. Diversos atores internacionais, sobretudo ONGs, vêm defendendo a necessidade de se pensar novas formas de produção de energia. Contudo convencer governos, bancos e empresários de que isso é possível, e muitas vezes até mais vantajoso financeiramente, não é uma tarefa simples quando não se tem grande expressão política regional.

Este artigo visa situar o contexto da formação da Rede Nacional de Organizações da Sociedade Civil para as Energias Renováveis – Renove, na virada do século XXI, para conseguir espaços institucionais e defender essa bandeira da microgeração de energia. Ela teve, como fator importante para a sua consolidação, a cooperação bilateral EUA-Brasil.

O texto está estruturado em quatro etapas. Na primeira, é feito um apanhado teórico sobre redes transnacionais no contexto do construtivismo. Depois, fala-se do regime internacional de mudanças climáticas e a importância da transição para uma economia de baixo carbono, com ênfase no uso de energias limpas. A cooperação internacional Brasil-Estados Unidos é abordada na sequência, com destaque para o interesse da Agência de Cooperação (Usaid) na agenda ambiental e de energia na América Latina. Então a Renove começa a ser apresentada, desde as motivações nacionais e internacionais para sua criação em 2000, com ações realizadas em áreas remotas e discussão com o poder público para criação de leis e mecanismos de fomento para a promoção de energias renováveis, até sua consolidação, com acordos de cooperação e inspiração para criação de uma rede latino americana de ONGs para energias limpas.

É uma forma de raciocínio indutivo, que partirá de um caso para entender as relações transnacionais no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento e no contexto das mudanças climáticas. O nível de análise que melhor explicará esta

² Entre os muitos estudos que abordam essa temática, um dos mais recentes, lançado na COP 21 é o RETHINKING ENERGY 2015, Internacional Renewable Energy Agency. Disponível em [http://www.irena.org/rethinking/IRENA%20REthinking Energy 2nd report 2015.pdf](http://www.irena.org/rethinking/IRENA%20REthinking%20Energy%202nd%20report%202015.pdf) Acesso 30 nov 2015

abordagem é o das relações inter-societárias, para além das fronteiras nacionais, entre agentes e organizações de sociedade civil para a promoção de interesses e agendas próprias. O meio ambiente e o desenvolvimento social local motivam boa parte da agenda internacional atual, reclamando reflexões profundas. Essas duas temáticas estão no centro dos objetivos da formação da Renove.

A Renove como rede transnacional

O caso da Renove, que envolve especialistas além-fronteiras (como veremos adiante), independente dos planos governamentais, é um exemplo de rede transnacional que se constitui a partir de uma demanda não atendida pela ação de Estado – no caso, o acesso à energia elétrica de pobres e isolados geograficamente. Como explicam Keck & Sikkink: “Activists in networks try not only to influence policy outcomes, but to transform the terms and nature of the debate. They are not always successful in their efforts, but they are increasingly relevant players in policy debates.” (KECK & SIKKINK 1998, 2)

Estas autoras construtivistas acreditam que as instituições internacionais têm um papel fundamental tanto na definição de interesses e identidades de outros atores e até mesmo Estados, quanto das estruturas sociais. Assim, o importante é compreender e explicar a construção social dos atores e das estruturas sociais para além das estruturas de Estado. E, pensando que o Estado também é uma entidade social embutida num sistema social internacional, ele poderia ter seus interesses e identidades moldados por ação produzida internacionalmente, inclusive por organizações internacionais, sejam elas intergovernamentais ou não-governamentais. “É o processo de interação que explica a construção de identidades, mas sem a formação de identidades não podemos falar em interesses”, argumentam ainda Herz e Hoffmann (2004, 76) a partir do pensamento de Alexandre Wendt³, importante autor que desde os anos 1980 pôs o construtivismo na disciplina das Relações Internacionais. Ele começou com o polêmico artigo *A anarquia é o que os Estados fazem dela* e depois, nos demais trabalhos publicados, estabeleceu bases para uma teoria estrutural do sistema internacional assim fundamentada: Os Estados como unidades principais de análise, as estruturas-chave intersubjetivas no sistema e as

³ WENDT, Alexander. Social Theory of International Politics. Cambridge, Cambridge University, Press 1999.

identidades e interesses estatais construídos a partir da interação nesse sistema (JATOBÁ 2013, 93). Essa teoria estrutural valoriza as práticas sociais reproduzidas pelos agentes, os quais podem transformar a estrutura em que vivem.

Assim, as redes transnacionais são principalmente estruturas de comunicação para a difusão de seus ideais e emergiram a partir de suas áreas temáticas sensíveis em comum. As mais conhecidas e antigas datam do século XIX e foram as que iniciaram as campanhas internacionais contra a escravidão. No século XX, as lutas globais foram sendo “setorizadas”: pela saúde, pelo comércio, pelos direitos humanos, pelos direitos das mulheres e crianças, pela preservação ambiental e mais recentemente, para frear as mudanças climáticas com uso de fontes renováveis em vez de fontes fósseis de energia (baseadas no petróleo e no carvão mineral). Nesse contexto, as redes dão ênfase na identidade e interesses socialmente construídos. São atores que não existem separados do seu ambiente social (JATOBÁ 2013, 92).

Ganha força nessa corrente a prática discursiva, que confere sentido ao mundo e às atividades desempenhadas por cada ator. Quem apresentou esse viés teórico pela primeira vez foi Nicholas Onuf, ao afirmar que uma realidade social só é mantida pela onipresença da linguagem a qual define as regras para a existência da sociedade política (JATOBÁ: id, ib). Concluindo: pessoas e sociedades são entidades que se constituem mutuamente. E nesse contexto, é possível inserir a atuação das redes.

Quando ativistas identificam um problema específico e propõem soluções, eles estão interferindo na ordem vigente de então. Por isso o valor de uma rede não é fácil de mensurar (KECK & SIKKINK 1998, 8). As redes transacionais são organizadas para promover causas específicas e frequentemente envolvem indivíduos apoiando mudanças políticas que não podem ser facilmente atribuídas a um entendimento racionalista de seus interesses. No caso específico de ONGs, elas costumemente apresentam novas ideias, trazem informações relevantes e fazem *lobby* por mudanças políticas que julgam importantes para a solução do problema que as desafia. Não raras vezes elas passam ao largo de seus próprios governos na busca de aliados internacionais para pressionar seus Estados na solução de conflitos. É o que as autoras chamam de “padrão bumerangue”.

Campanhas internacionais pelos direitos das mulheres, pela saúde das crianças, pelo trabalho digno, pelo respeito ao meio ambiente entre outras conseguiram sim mudar

a ação de alguns Estados (aqui chamados A, a título de exemplificação) em função dessa tática. Consiste na busca de apoio de outras ONGs internacionais e estas, pressionam seus Estados (B, C.....) para forçar a mudança de atitude estatal onde o problema persistia (A). O sentimento de “fazer a diferença” é o que move tais instituições, que contam com esse apoio internacional setorizado ao ponto de influenciar a ação dos Estados.

O desafio climático na virada do século

A crise econômica sentida nos Estados Unidos e na Europa desde 2008, que resultou na redução de recursos para ajuda e cooperação internacional, não inviabilizou, no entanto, o crescente debate sobre as mudanças climáticas. Tanto que em dezembro de 2015 as atenções políticas e econômicas globais voltaram-se para a Conferência das Nações Unidas para o Clima – COP 21 em Paris. Diante de tantas catástrofes climáticas que vêm ocorrendo recentemente e dos estudos que apontam drástica mudança no clima no horizonte dos próximos 20 anos⁴, agora países desenvolvidos e em desenvolvimento juntam esforços na redução das emissões de gases efeito estufa para que a temperatura da Terra não ultrapasse 2° C até 2030.

Em 2002, Eduardo Viola apresentava o que o regime internacional de mudanças climáticas já estava gerando na política internacional. Segundo ele, esta concepção “não se restringe aos acordos estabelecidos na Convenção do Rio de Janeiro e no Protocolo de Kyoto, mas prevê também a necessidade de uma consciência pública favorável a estabilizar o clima e de um vetor tecnológico que favoreça o investimento em tecnologias não intensivas em carbono” (VIOLA 2002, 28). Catorze anos após esta afirmação, aumentou o comprometimento dos países para a causa, mas o grande debate ainda é sobre quem pagará pela redução de emissões.

Ainda que não estivesse na pauta permanente dos negociadores internacionais dos países, as mudanças climáticas e a necessidade da transição para uma sociedade com menos carbono foram assuntos permanentes de inúmeras instituições. Elas alertavam para isso e desenvolviam, de forma isolada em muitos casos, ações de promoção de uso de energias renováveis e de agricultura de baixo carbono.

⁴ Algumas das conclusões dos estudos feitos pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas e de universidades do Mundo foram sintetizadas pela Comissão Europeia para definição das suas metas apresentadas em Paris. Disponível em http://ec.europa.eu/clima/change/causes/index_es.htm Acesso em 30 nov 2015

No Brasil não foi diferente. Contrariando o discurso oficial de que o país detinha a matriz elétrica mais limpa do planeta⁵, baseada na hidroeletricidade, pequenas ONGs e relevantes centros de ensino desenvolviam pesquisas e projetos com outras fontes de energia renovável, com vistas à produção local com energia própria, o que reduziria custos no longo prazo, deixando a energia das hidrelétricas e de térmicas fósseis como *back up* de garantia de segurança energética. Esse trabalho isolado era bastante difícil, pois convencer governos a apoiar tais iniciativas, assim como conseguir financiamentos bancários não era tarefa fácil. Foi necessário o apoio de organizações de cooperação internacional para impulsionar tais ações. Entre as cooperações que mais atuaram na área de energia renovável no Brasil estão a alemã (através da GiZ⁶), a britânica, através da Embaixada do Reino Unido e a estadunidense (com a Usaid). Nos deteremos, neste artigo, especificamente nesta última e em como ela atuou na organização de parte da sociedade civil brasileira que se voltava para as energias renováveis de pequena escala.

A importância do tema energia na relação bilateral Brasil – Estados Unidos

A Usaid atua no Brasil desde 1962. No entanto as relações entre Brasil e Estados Unidos são muito mais antigas e passaram, ao longo do último século, por profundas transformações⁷. No início do século XXI, os dois países viviam um momento sem grandes conflitos nem conquistas e estavam à espera de um maior intercâmbio. Houve avanços em grupos de trabalho conjunto e de cooperação em transporte, educação agricultura, **energia**, dentre outros. Mas havia também desentendimentos comerciais e relacionados às questões de segurança. No entanto, isso não significou ruptura ou quebra de diálogo (PECEQUILO 2012, 82). Assim, paralelo às tratativas nacionais, todos os anos a Agência de Cooperação dos Estados Unidos reserva para o Brasil uma parte do orçamento do povo estadunidense para ações onde a cooperação mostrava-se frutífera. O setor de energia é um exemplo.

⁵ A base para justificar esse discurso oficial do governo brasileiro são os estudos que vêm sendo desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE/ MME na última década, intitulados Balanço Energético Nacional (BEN), Plano Decenal de Energia (PDE) e o Plano Nacional de Energia (PNE). Todos atualizados praticamente todos os anos e disponíveis em todas as versões no site <http://www.epe.gov.br>

⁶ GiZ(Deutsche Gesellschaft für Internationale) tem desenvolvido cooperação mais forte com órgãos do governo brasileiro e menos com organizações não governamentais. Disponível em <https://www.giz.de/en/worldwide/12055.html>

⁷ Uma visão abrangente dessa relação está em PECEQUILO S, Cristina. As relações Brasil – Estados Unidos. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011

O Brasil, ainda que emergente, vinha se destacando na agenda ambiental e de energia. Desde a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Eco 92), no Rio de Janeiro e os documentos consequentes a este encontro, como a Agenda 21 para o desenvolvimento sustentável e a Convenção Quadro sobre Mudança do Clima (que resultou no Protocolo de Quioto em 1997), o país tornou-se uma referência na agenda internacional. Ainda que tais conquistas não correspondessem naquele momento plenamente aos interesses dos EUA, os países mantiveram a cooperação. “Esta situação revela uma interessante dinâmica para o país: mesmo no auge dos alinhamentos da era Collor, nem sempre houve a plena adesão às demandas norte-americanas” (PECEQUILO, 52).

Já no governo FHC, no início houve um alinhamento pragmático e bilateral com os EUA, para a construção e ampliação dos regimes internacionais⁸, e depois, uma orientação ao fortalecimento do continente, sobretudo do Mercosul, entendendo que a globalização era assimétrica e não trazia igualdade de condições a todos os países. Em 1999 o Brasil sediou o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, com o slogan de que “um outro mundo é possível”, para além da economia de mercado. O ano foi marcado ainda pela necessidade de ajustes nas políticas interna e externa. Buscou-se diversificar a economia com outros países emergente (Rússia, China e Índia) e reforçar a posição sul americana. Ao final do governo FHC, havia um distanciamento dos EUA com os países da América do Sul, muito em função das questões de segurança (principalmente após os atentados de 11/09/2001), quando iniciou a Guerra Global contra o Terror (GWT). A posição do Brasil contra os ataques não autorizados pela ONU ao Iraque e o esvaziamento das negociações da Alca contribuíram para o afastamento entre os dois países, mas, em nenhum momento, significou uma confrontação. Foi uma fase de autonomia, que se estendeu aos dois primeiros anos do governo Lula (2003-2004), com uma tendência crescente de assertividade⁹.

Assim, independente do momento político e orientação das diplomacias dos dois países, o Congresso Estadunidense sempre aprovou parte do orçamento para manutenção da cooperação com o Brasil. Em 2001 (primeiro ano da existência da Renove, como veremos adiante), a justificativa apresentada pela agência para apoio à América Latina e

⁸ Pecequilo cita, para justificar esta posição, a participação do Brasil na criação da OMC, a adesão ao Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), a aprovação no Congresso brasileiro da Lei de Patentes (1996) e a Cultivares (1997), o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) entre outros. Op cit, Pag 64

⁹ Conclui Pecequilo. Op cit, pag 82

Caribe para 2002 foi abrangente, mas, deixou claro também que desenvolver os vizinhos do sul evitaria problemas de migração e abriria importante mercado econômico para o país. Assim descreve a justificativa, de que a cooperação dos EUA à ALC

baseia-se na liderança da Agência em alcançar objetivos estabelecidos na Cúpula das Américas, conforme acordado pelo nosso Presidente com chefes de Estado da ALC e do Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros doadores. O mais importante destes objetivos é o de reduzir a pobreza na América Latina, que, com 40% de sua população vivendo com menos de dois dólares por dia, onde também sofre a maior desigualdade de renda do mundo. Os países atendidos pelo programa da USAID na América Latina e do Caribe são nossos vizinhos e seu desenvolvimento econômico, social e político têm impactos extremamente importantes sobre a migração ilegal e o tráfico de drogas, bem como aumentar as exportações dos EUA para a região. Os programas da USAID continuarão a apoiar a consolidação das instituições democráticas ainda frágeis em nosso próprio hemisfério (...) Além disso, nosso programa vai se concentrar em reduzir a pobreza e a corrupção e proteger o ambiente, objetivos importantes em nosso interesse nacional (...)¹⁰

A energia é para a agência um tema estratégico para se alcançar o sucesso também nos outros programas e para a promoção interna da indústria estadunidense. Tanto que as ações a serem desenvolvidas eram gerenciadas, na virada do século, pela Iniciativa Energia Sustentável a qual, segundo consta no *Budget Justification*, reforçaria o setor de energia limpa e de exportação dos Estados Unidos¹¹. Nesse ano foram destinados 30 milhões de dólares para a Usaid desenvolver projetos na área de energia.

Em 2006, somente para o Brasil o Congresso Americano aprovou um orçamento de 1 milhão de dólares. Dentre os cinco objetivos estratégicos, estão ligados diretamente ao uso de energia renovável a redução da pobreza, de impactos ambientais, a eficiência energética e a redução de gases de efeito estufa¹².

¹⁰ U.S. Agency for International Development FY 2001 Budget Justification Pgs 5-6. Disponível em http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNACL001.pdf

¹¹ “O investimento reforçado no setor de energia global é vital para o desenvolvimento internacional, para a proteção ambiental e para posicionar a indústria dos Estados Unidos para tirar vantagem de oportunidades no mercado internacional de energia na próxima década e além”.

¹² Os cinco objetivos estratégicos desenhados para a Usaid no Brasil em 2006 foram 1) Proteção do meio ambiente e biodiversidade, com mitigação às alterações climáticas 2) redução de emissões de gases de efeito estufa através da promoção de energias alternativas e eficiência energética, com estímulo ao crescimento econômico, redução de pobreza, 3) Aumento de capacitação e de oportunidades de emprego para jovens carentes e redução do tráfico de pessoas, 4) Prevenção à transmissão de doenças como tuberculose e HIV/AIDS, 5) Promoção do livre comércio de pequenas e micro empresas bem como financiar organizações não governamentais que atuem com redes de segurança locais.

Para convencer o Congresso na aprovação do orçamento, entre as justificativas estão que a Usaid não é a principal doadora para projetos de desenvolvimento no Brasil:

A Agência de Desenvolvimento Alemã é o investidor internacional número um na proteção da biodiversidade do Brasil, seguido pela União Europeia. O Banco Mundial fornece cooperação técnica e financeira para o programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). O Gordon e Betty Moore Foundation contribui três a quatro vezes o orçamento ambiental anual da Usaid com foco na conservação da floresta amazônica. Holanda e Reino Unido também contribuem significativamente para a proteção ambiental no Brasil.¹³

Com os anos, os valores foram aumentando. A crise imobiliária de 2008 nos Estados Unidos significou uma drástica redução no orçamento para cooperação internacional nos anos seguintes, mas não a inviabilizou. Houve cortes para os programas previstos até 2010. Novamente, na justificativa para aprovação do orçamento no Congresso, o texto enfatizava a importância do Brasil no cenário mundial, inclusive em futuras negociações para mitigar a mudança climática. Assim, a Usaid defendia a manutenção do apoio ao desenvolvimento e fortalecimento de capacidades das organizações locais para oferecer soluções aos problemas socioambientais. “Este trabalho irá melhorar a conservação em torno de terras indígenas, parques, e reservas habitadas. Além disso, a assistência dos EUA irá apoiar a energia limpa e renovável para mitigar os efeitos das mudanças climáticas”¹⁴. Aprovado o orçamento, o reflexo disso foi sentido nas ações em andamento no Brasil, que precisaram ser reestruturadas, conforme veremos adiante.

Contexto da criação da Renove

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, ONGs foram criadas no Brasil com a finalidade de empoderamento de comunidades carentes, usando a energia elétrica produzida localmente como uma importante ferramenta para esse fim. Paralelo a isso, vários projetos foram sendo desenvolvidos na área de energia renovável no Brasil de forma fragmentada, seja por ONGs, por governos ou instituições de ensino. Alguns projetos eram muito semelhantes, mas pela falta de interação entre os agentes, o trabalho tornava-se repetitivo e isolado. Praticamente todos eles esbarravam nos mesmos

¹³ Disponível em http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PDADC502.pdf

¹⁴ Disponível em http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PCAAB894.pdf Pág 578-579.

problemas: dificuldade de logística para chegada de equipamentos, em sua maioria importados, falta de mão-de-obra qualificada no local, o que exigia a participação de profissionais de outras regiões, falta de cultura do cuidado ao meio ambiente e de entender a chegada da energia como um bem social e para uso produtivo, de ganho de renda e bem estar coletivo, dificuldade para aquisição de equipamentos, seja por financiamentos ou doações.

As instituições que iniciaram projetos de energia renovável de pequeno porte para promoção social de renda, conhecimento e iluminação, tinham uma motivação e um comprometimento com suas regiões mas não tinham meios de levar suas experiências para outras regiões que viviam necessidades semelhantes. As interações que existiam se davam em encontros universitários ou pelo empenho de instituições que buscavam a integração de empreendedores sociais, como a Ashoka¹⁵. Esta instituição promoveu o intercâmbio de informações, colaboração e disseminação de iniciativas empreendedoras no mundo, formando verdadeiras redes transnacionais de empreendedores sociais. No Brasil, são quase 400 pessoas empenhadas na transformação local através da inovação e empreendedorismo.

Mas além de ONGs nacionais, outras estrangeiras também vieram para o Brasil com o mesmo intuito. Uma delas foi a Winrock International, que foi sediada em Salvador/BA e tinha quase que integralmente sua manutenção custeada por recursos da Usaid. Como uma das estratégias da ONG era replicar ações de energias renováveis em todo o país, logo se viu a necessidade de unir forças às instituições brasileiras. Assim, em 17/06/2000, em Salvador, constituiu-se oficialmente a Rede Nacional de Organizações da Sociedade Civil para as Energias Renováveis – Renove. Sua sede inicial foi no próprio endereço da Winrock¹⁶, entidade que detinha mais colaboradores e estrutura para abrigar a nova instituição. Seu primeiro estatuto incluiu ONGs e profissionais interessados no uso e difusão de energias renováveis em todo o país¹⁷. Foram muitas as instituições que

¹⁵ <http://www.ashoka.org>. A instituição é tida como uma das 20 ONGs mais influentes do mundo, tendo em seus quadros dois prêmios Nobel da Paz e outros tantos reconhecidos em diversos fóruns.

¹⁶ Rua Almirante Barroso, 2º andar, Rio Vermelho, Salvador/ BA

¹⁷ Estatuto da Renove, Registro Civil de Pessoas Jurídicas 1º Ofício – Salvador/ BA Doc 10566.

Objetivos: A) Promover, apoiar e estimular a obtenção de conhecimentos e o desenvolvimento de ações práticas que favoreçam o uso de fontes renováveis de energia, contribuindo para o desenvolvimento energético sustentável do país, através do fortalecimento socioeconômico de comunidades e pela satisfação das necessidades básicas da população, simultaneamente com a preservação do meio ambiente. B) Incentivar a formulação de políticas públicas que favoreçam o uso de energias renováveis no país. C) Promover o acesso à informação e a assistência técnica na área de fontes renováveis de energia, por parte das comunidades e das organizações, voltadas à promoção e ao desenvolvimento das camadas mais pobres da população. D) Identificar linhas de financiamento nacionais e internacionais e

assinaram o primeiro estatuto¹⁸, mas ao longo de sua existência, com a entrada de outros associados, um grupo de não mais que dez conseguiu realizar trabalhos em conjunto, como uma rede de fato. Em 2004, o Estatuto foi reformulado com alteração de endereço ainda em Salvador/BA, e a inclusão de novas instituições¹⁹.

A reformulação no Estatuto da Renove ocorreu durante a execução do primeiro trabalho em rede realizado entre os anos de 2003 e 2005. Tratava-se do Consórcio Energia Produtiva, liderado pela Winrock Internacional, com financiamento da Usaid e ações voltadas para o Nordeste e Norte do país. Para a realização dessas atividades, muitas instituições que participavam da Renove (e ela, como uma das ONGs) contribuíram para a realização dos projetos. Começava aí o intercâmbio e o trabalho em uma rede transnacional, visto que os resultados eram relatados ao pagador, no caso a Agência de Cooperação dos EUA. Segundo informativo, todas as ações “visaram estimular o crescimento econômico e o combate à pobreza em comunidades rurais isoladas e contribuíram para o aperfeiçoamento de políticas públicas para energias renováveis”, além de priorizar “a geração de oportunidades para jovens em desvantagem social e o fortalecimento do papel das mulheres no processo de desenvolvimento sustentável”²⁰.

apoiar a captação de recursos para a realização de projetos conjuntos ou individuais de membros da Renove. E) Promover, apoiar e estimular pesquisas, inovações e experimentações na área de fontes renováveis de energia. F) Difundir metodologias que instrumentalizem os seus objetivos, promovendo, apoiando e estimulando ao mesmo tempo, junto às parcelas da população com quem trabalha, comportamentos de participação, organização e intercâmbio. G) Promover e estimular o intercâmbio entre indivíduos e instituições, de caráter público ou privado, no País e exterior, em torno dos temas relacionados com o objetivo desta entidade. H) Estimular a articulação das diversas instituições atuantes no campo das energias renováveis no país. I) Divulgar os conhecimentos, as experiências e os resultados obtidos com o uso de fontes renováveis de energia. J) Promover a realização de cursos de capacitação e treinamento para se atingir aos objetivos propostos pela Renove.

¹⁸ Foram elas:

Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre – Pesacre; Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental – PSA, do Amazonas; Universidade Livre da Mata Atlântica – UMA; Fundação Pró-Natureza – Funatura, do Distrito Federal; Associação para o Desenvolvimento Agroecológico de Comunidades Rurais – Jupará; Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis – IDER, do Ceará; Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente/ BA – Apaeb; Associação Caatinga, do Ceará; Associação dos Condutores dos Visitantes da Chapada Diamantina – ACVCD; Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflora, de São Paulo; Fundação Teotônio Vilela, FTV; Fundação Movimento Ondazul; Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia – IESB; Instituto Mamirauá, do Pará; Instituto Rede Brasileira Agroflorestal – Rebraf, Winrock International Institute for Agricultural Development.

¹⁹ Entre elas o Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Autossustentabilidade (IDEAAS, do Rio Grande do Sul), Instituto Eco Engenho de Alagoas, Associação Pró-energias Renováveis – Aproer, de Minas Gerais

²⁰ Informativo Edição comemorativa 2 anos do Programa Energia Produtiva. Outubro de 2005.

Nesse primeiro consórcio foram feitas intervenções diretas nas cadeias produtivas de agricultura orgânica, hidroponia, frutas desidratadas, ervas, cacau orgânico, algas marinhas, apicultura, produção de leite e criação de bovinos, caprinos e ovinos. De equipamentos que geraram energia com fontes renováveis, o consórcio contabilizou a instalação de 17 secadores solares, 11 sistemas de energia solar fotovoltaica e térmica para purificação e fornecimento de água, outros cinco sistemas de biodigestão de pequena escala e cinco de grande porte foram implantados, além de dezenas de fogões ecoeficientes. Também foram elaborados projetos para instalação de micro centrais hidrelétricas na Amazônia, numa modelagem que envolveu as comunidades locais, universidades, órgãos de governo e concessionárias de energia públicas e privadas, com intuito de levar energia às áreas isoladas e trazer renda a essas comunidades com a venda da energia.

Essa primeira experiência de consórcio de ONGs e centros acadêmicos (como o Centro de Referência em PCH – CERPCH, de Itajubá/MG) foi produtivo na promoção do intercâmbio de conhecimento, o que viabilizou a realização dos projetos a que o consórcio havia se proposto a realizar. O modelo foi repetido e em 2005 constituiu-se um outro consórcio a partir de um novo edital da Usaid, intitulado Consórcio E&D - Energia e Desenvolvimento²¹, do qual participaram como integrantes o Ider, o EcoEngenho, o Instituto Mamirauá, a Winrock e a Renove, que, novamente, mesmo congregando todas as demais, aparece como uma das partes do consórcio, a qual teve tarefas específicas, como a atuação para formulação de políticas públicas.

As ações foram divididas em quatro macro atividades: desenvolvimento de mercado para energias renováveis; aperfeiçoamento de políticas públicas; incremento da cooperação técnica e formação e capacitação²². Mais adiante outras duas macro atividades foram acrescentadas: geração descentralizada de energia e comunicação e marketing. Segundo o relatório de atividades²³, nos dois anos do programa foram beneficiadas diretamente cerca de 2.500 pessoas de 61 comunidades através da instalação de biodigestores, sistemas solares fotovoltaicos, de bombeamento de água com energia solar e fogões ecoeficientes. Para isso foram realizados workshops e cursos de treinamento para representantes de instituições públicas e das comunidades e desenvolvido material didático específico. Foram recuperadas uma dezena de áreas através de modelos de

²¹ Cooperative Agreement # EFA 512-A-00-05-00025

²² Ata da primeira reunião do Consórcio Energia e Desenvolvimento, 14/09/2005.

²³ 5th Quarterly Report E&D Program, Outubro a Dezembro de 2006

negócios sustentáveis e quase 300 famílias rurais adotaram práticas sustentáveis, como o uso de biofertilizantes. Além dos consorciados do programa, as atividades envolveram outros stakeholders nacionais e internacionais.

A ação de incremento às políticas públicas do consórcio coube quase que exclusivamente à Renove. Nessa agenda ela conseguiu trabalhar em conjunto com sete dos seus associados, assinando oito memorandos de entendimento com entidades governamentais, levando aos órgãos competentes (Ministério de Minas e Energia e Agência Nacional de Energia Elétrica) três contribuições para política regulatória de microgeração de energia e para fomento à energia solar fotovoltaica²⁴. No Congresso Nacional, articulou e foi integrante da Frente Parlamentar em Defesa de Energia de Fontes Renováveis²⁵ e auxiliou a formulação do Projeto de Lei 7692/06²⁶, o qual buscava instituir um Programa Brasileiro de Geração Descentralizada de Energia Elétrica. A proposta foi apensada a outro projeto que já estava em tramitação (PL 630/03).

A visibilidade do programa levou a Renove a conquistar outros parceiros internacionais para incrementar suas ações. Entre elas está o REEEP²⁷ e a Fundação Avina²⁸. O primeiro patrocinou um estudo feito pela Renove sobre viabilidade econômica e regulação da energia solar fotovoltaica no país. Também apoiou os seminários realizados pela rede no Brasil e promoveu reuniões com diversos stakeholders nacionais, tendo a Renove como ponto focal. A segunda, apoiou a rede brasileira com suporte logístico para participação em reuniões de trabalho com vistas à promoção de uma regulação e de legislação de incentivo às fontes de energias renováveis e também para a realização dos eventos nacionais da Renove.

O trabalho do consórcio iniciado em 2005 já contava com um caminho traçado pela entidade que liderava a rede. Mas, nessa parceria, a entidade que se reportava diretamente à Usaid não era mais a ONG Winrock e sim o Ider, do Ceará, definido como o “prime” pelos participantes. Assim, aos poucos, o poder de decisão e condução dos trabalhos do grupo ficou a cargo mais das entidades brasileiras que, ao mesmo tempo,

²⁴ Os resultados detalhados deste programa estão no Anexo I.

²⁵ Manifesto da Frente de Fontes de Energia Renovável. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/86205.html> Acesso 01 dez 2015

²⁶ http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=3E09543947850A36CC581B0D2A4BA975.proposicoesWeb1?codteor=431689&filename=PL+7692/2006 Acesso 01 dez 2015

²⁷ Renewable Energy & Energy Efficiency Partnership. <http://www.reeep.org>. REEEP é uma organização internacional sem fins lucrativos, que gerencia fundos para a promoção de mercados de energia limpa em países em desenvolvimento. Foi fundado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, 2002).

²⁸ <http://avina.net>

prestavam contas ao escritório da Usaid em Brasília. O próprio responsável pelo assunto energia na Usaid era um profissional brasileiro, que já havia atuado no setor elétrico nacional e detinha vasto conhecimento sobre o setor.

Terminado este consórcio, o qual foi considerado bem sucedido pela Usaid, alcançando todas as metas propostas e em algumas ultrapassando as expectativas, os participantes ficaram motivados a continuar o trabalho em rede e viram ainda mais a necessidade de fortalecer a Renove. Disso resultou a conquista de um novo edital da agência estadunidense, para o qual agora oito instituições formaram um novo consórcio, chamando de Programa Clean Energy²⁹ e teria a duração de três anos. A configuração deste grupo mudou em comparação ao consórcio anterior. A Winrock saiu do Brasil e em seu lugar, entraram no consórcio, duas pequenas empresas (de profissionais que antes atuavam nas ONGs participantes) e outras duas ONGs que já integravam a Renove: o IDEAAS/RS e a Consciência Limpa/MG. O que este novo grupo propunha era a continuidade de projetos realizados nos consórcios anteriores e a ampliação territorial. Assim, com um representante do Rio Grande do Sul, outro de Minas Gerais e uma empresa de São Paulo abrangeria projetos de energias renováveis em todas as regiões brasileiras. E assim aconteceu.

Ações e experiências de aprendizado para a manutenção da rede

As macroatividades definidas no consórcio iniciado em 2009 foram muito parecidas com o realizado nos anos anteriores pelas entidades constitutivas da Renove: eficiência energética e conservação de energia, acesso e utilização de energias renováveis, produção de energia a partir de resíduos, modelos socioprodutivos de agricultura e negócio agroflorestal, políticas públicas e financiamento. A novidade foi o monitoramento de gases de efeito estufa e economia de energia, com a contabilização de todas as emissões geradas ao longo de todo o programa.

O primeiro ano caminhou sem sobressaltos, com a realização das atividades previstas. No entanto, no início de 2010, o consórcio foi surpreendido pelo inesperado corte de orçamento da Usaid (conforme relatado anteriormente). Neste momento, a projeção conquistada pela Renove e por suas associadas e a interlocução com outros stakeholders foram fundamentais para que o coletivo decidisse continuar com as

²⁹ Acordo de cooperação #AID -512-A-09-000002

atividades do consórcio, mesmo sem o aporte financeiro total da agência. Houve uma redução no ritmo das atividades, mas ainda assim, importantes ações foram realizadas³⁰.

Entre as atividades previstas e desenvolvidas sem os recursos da Usaid estão a continuidade das capacitações, workshops, reforma no Centro de Aprendizagem de Energias Alternativas e o desenvolvimento dos lampiões solares para a pesca de camarão, pelo IDEAAS, reuniões sobre modelos de eletrificação rural com setores privado e governamental e a instalação de sistemas de abastecimento de água e de cisterna em uma comunidade da Reserva Mamirauá no Amazonas. No Ceará, o Ider deu sequência a um projeto único com outros stakeholders locais na formulação da Rede Estadual de Coletores de Materiais Recicláveis e no Fórum Estadual do Lixo, além da promoção de novos biodigestores, entre outras atividades. Apesar de terem reduzido os custos de viagem, a participação em eventos considerados estratégicos foi mantida, bem como a realização do Seminário Microgerar, o qual foi custeado com saldo que se tinha da Usaid e a conquista de outros parceiros. Também manteve a atuação junto a um Grupo de Trabalho constituído pelo Ministério de Minas e Energia sobre sistemas fotovoltaicos.

Ao final de 2011 a Usaid retomou o financiamento completo do programa. E praticamente todas as ações que haviam sido iniciadas no primeiro ano do consórcio, mesmo sem o aporte financeiro da agência, foram continuadas com outros parceiros. Em função disso, o programa foi oficialmente prorrogado até o fim de 2012. Neste último ano de desenvolvimento de projetos, os resultados foram significativos, superando a meta previamente determinada, conforme explicou o coordenador do Programa Energia Brasil da Usaid, Alexandre Mancuso:

Definitivamente, as ações executadas pelo Programa vão ficar na história do desenvolvimento do mercado de fontes de energias renováveis no Brasil, com destaque para o desdobramento das ações implementadas na definitiva melhoria das condições sociais e econômicas das populações beneficiadas pelo Programa. Também pelos resultados comprovados de redução efetiva de emissões de gases de efeito estufa.³¹

Pelo relatório, o valor investido nos três anos do programa (US\$ 4.806.000 – quatro milhões e oitocentos e seis mil dólares) trouxe uma contribuição para a sociedade

³⁰ Descrição das atividades no 2º Relatório Trimestral (Janeiro a Março de 2010), de 18 maio 2010.

³¹ Resultados do programa detalhados em Aplicações de Tecnologias Sociais e de baixo carbono com o uso de energias limpas: uma contribuição para o desenvolvimento sustentável e a mitigação das mudanças climáticas. CD-ROM Ider: Fortaleza, 2012.

brasileira, especialmente pelo impacto local nas comunidades trabalhadas que superará este valor em benefícios presentes e futuros. Ao se iniciar com objetivo de projetar e implementar metodologias de suporte na aplicação de energia limpa e renovável, com a melhoria de políticas públicas e estrutura regulatória e visando respostas propositivas às mudanças climáticas, o programa mostrou que a energia produzida no ponto de consumo é um fator determinante para a inclusão social e o desenvolvimento econômico³².

Paralelo à instalação de sistemas de energia, o programa trabalhou com conscientização ambiental, inclusão social e construção de capacidades locais. Identificou-se que alguns projetos de energia instalados no início dos anos 2000, sobretudo os de comunidades isoladas da Amazônia, não se mostraram eficientes ao longo dos anos porque não havia apoio técnico local para manutenção nem conhecimento dos habitantes para fazê-lo. Daí o empenho pela capacitação, com empoderamento local e apoio à rede de economia solidária.

Tais ações, consideradas “resultados intermediários” foram descritas no Plano de Desempenho, Monitoramento e Avaliação do quadro da missão da Usaid no Brasil. São eles: marco regulatório para apoiar o mercado de energia limpa e renovável e melhoria de outros produtos e serviços de eficiência energética, expansão do uso de energia limpa e renovável e de produtos e serviços de eficiência energética e opções de financiamento para este setor.

Um dos resultados apontou para a consolidação da Renove como interlocutor importante no Brasil para a temática da microgeração:

após as edições do Microgerar, podemos afirmar que a Renove consolidou-se como entidade a ser ouvida e com influência no assunto da microgeração. Sobretudo após a terceira edição, bons frutos surgiram, como acordos com governo e empresas, como a assinatura de convênio com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para realização de projetos da Renove em outros países, reunindo a diretoria da Rede e representantes de cooperações internacionais como GIZ e a USAID. Consideramos de suma importância para a Renove, a assinatura desse convênio, pois mostra o reconhecimento do Estado brasileiro às ações da Rede e o interesse de que nossas experiências sejam replicadas nos países em cooperação com o Brasil. (...)

Além da consolidação do Microgerar no calendário nacional da Microgeração e Energias Renováveis, foram realizadas outras ações, como reuniões com órgãos governamentais para políticas públicas, assim como contribuições em audiências públicas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que resultaram na RN 482/12³³.

³² Op cit, pag 12

³³ Resolução Normativa 482/2012 da Agência Nacional de Energia Elétrica, que regulamenta a microgeração distribuída no Brasil por meio de compensação de créditos. Disponível em <http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2012482.pdf> Acesso 01 dez 2015

Resultados das ações: influência em políticas públicas nacionais e cooperação regional

Os consórcios de ONGs brasileiras financiados pela Usaid, no âmbito da cooperação Brasil-Estados Unidos, tinham como objetivo principal “fazer a diferença” para comunidades carentes, empoderando-as na produção local, com energia, conhecimento técnico e incremento de renda. Outro objetivo importante era a influência para políticas públicas para replicação dessas experiências³⁴. E alguns desses projetos de fato conseguiram isso.

Um exemplo são os fogões ecoeficientes idealizados pelo Ider, no Ceará. A instituição, ao longo de dois consórcios, instalou cerca de 25 mil fogões no estado. Mas a demanda era dez vezes maior. Em 2011, o Estado definiu adotar este modelo de tecnologia social como política pública³⁵. Mais tarde, o Fundo Social da Caixa Econômica Federal, que apoia projetos em todo o país, também destinou recursos para a disseminação dos fogões ecoeficientes em áreas do bioma Caatinga nos estados do Ceará, Piauí e Pernambuco³⁶.

Na Amazônia, os projetos de energia realizados desde o início da década foram sendo reestudados e os que perseveraram, foram fortalecidos. Na Reserva de Mamirauá, houve capacitação para uso eficiente de motores a diesel e para a instalação de sistemas autônomos de eletrificação. As comunidades, que registraram ganhos com essas iniciativas, inseriram entre suas demandas o tema energia e, mesmo depois do término dos consórcios, outras iniciativas, capitaneadas pelo Instituto Mamirauá (que tem apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia, além de outras instituições brasileiras e estrangeiras) continuaram a ser desenvolvidas. Em 2015, ganhou destaque internacional o uso de energia solar para manter uma fábrica de gelo que garante a qualidade do pescado

³⁴ Para a Usaid, esses objetivos foram plenamente alcançados, fato que foi demonstrado, além do relatório final do programa já citado, com um documento de reconhecimento público. ANEXO II

³⁵ <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/3241-familias-da-zona-rural-receberao-7089-fogoes-ecologicos> Acesso 30 nov 2015

³⁶ <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2014/08/projeto-leva-mais-de-400-fogoes-ecoficientes-para-regiao-da-caatinga> Acesso 30 nov 2015

e dá autonomia à comunidade para vender o produto fruto do extrativismo, além do benefício social e comunitário³⁷.

A comunicação com a sociedade foi bastante expressiva durante os dois últimos consórcios financiados pela Usaid. E os momentos onde a Renove promoveu a disseminação do que vinha sendo realizado foram os eventos intitulados Seminário de Microgeração Distribuída – Microgerar, realizados em quatro edições: em 2008, 2010, 2012 e 2013 (sendo este último realizado com novas parcerias, visto que o consórcio Energia Limpa já havia sido concluído). Nas duas últimas edições, a Renove obteve importantes parcerias, que resultaram em dois acordos institucionais. Um de cooperação técnica com o Parque Tecnológico Itaipu, no âmbito da Coordenadora de Energias Renováveis³⁸, que mais tarde passou a se chamar Centro Internacional de Biogás – CIBIOGÁS, e o acordo com a Agência Brasileira de Cooperação – ABC/MRE, citado no documento de conclusão do programa³⁹.

Com este instrumento, a Renove passou a integrar os esforços de cooperação da ABC para a área de energia descentralizada. O primeiro desafio começou a ser desenhado ainda em 2013, num pedido do Governo de Honduras para realização de ações de segurança alimentar e energética. Foram dois anos de tratativas entre a ABC, a Renove e a Usaid para o desenho desta cooperação trilateral que iniciou de fato em 2015. Caberá à Renove desenvolver projetos com energia renovável para o uso produtivo em comunidades carentes do país centroamericano⁴⁰. O outro braço da cooperação brasileira neste projeto é a Embrapa, que leva o conhecimento de seu corpo técnico para as questões relativas à agricultura.

A Renove foi a primeira rede transnacional a firmar convênio com a ABC para fazer parte do corpo da cooperação brasileira na área de energia renovável. E essa nova

³⁷ http://acritica.uol.com.br/amazonia/ProjetoGelo-Amana-Amazonas_0_1433256712.html Acesso 30 nov 2015

³⁸ Termo de Cooperação FPTI-BR No 019/2012 (Processo FPTI-BR n 0201/2012), para o desenvolvimento e execução conjunta de ações, programas e projetos de interesse e objetivo comuns, o intercâmbio em assuntos educacionais, científicos, tecnológicos e de pesquisa e o estabelecimento de mecanismos para a sua realização.

³⁹ O feito refletiu em sites do setor, como:

http://www.institutobrasil.com/projetomda/not_detalhe.php?noticia=85 Acesso 01 dez 2015;

<http://www.ecoengenh.org.br/ecoengenh-assina-documento-para-reaplicar-tecnicas-fora-do-pais/> acesso 01 dez 2015

⁴⁰ Acordo de Cooperação Técnica – ACT para a implantação do Projeto “ENERGIAS RENOVÁVEIS E SEGURANÇA ALIMENTAR NA REGIÃO DO CORREDOR ÁRIDO DE HONDURAS – FASE I – BRA/13/008

situação demandou um arranjo para a remuneração dos técnicos da Renove, bem como aquisição de equipamentos. Como até então eram as empresas estatais – como a Embrapa – que enviavam seus funcionários para estas atividades de cooperação, responsabilizando-se inclusive pelo pagamento de salários dos mesmos, para a ABC ficavam apenas os custos de viagem e diárias, bem como o importante papel de articulação política e institucional. No caso da Renove, não poderia ser dessa forma, visto que a entidade não tinha recursos para custear o trabalho dos seus profissionais associados.

Assim, o desenho encontrado foi uma cooperação trilateral, com os Estados Unidos, através da Usaid, financiando os técnicos da Renove e a aquisição de parte dos equipamentos a serem instalados, através da Universidade da Flórida, instituição responsável pela condução dos projetos em execução em Honduras. Novamente, a Renove, fortalecida, já tendo influenciado políticas públicas nacionais e agora, a ação brasileira para microgeração de energia em outro país, volta a ser financiada pela Usaid, instituição que esteve com a rede desde seu embrião.

Outra influência internacional da Renove foi a constituição da Plataforma Latino Americana de Energias Sustentáveis e Equidade (Plese), que ganhou corpo com a realização do 4º Microgerar, realizado em Foz do Iguaçu, em setembro de 2013. Lá foi possível reunir representantes de instituições de oito países latino-americanos, que amadureceram uma ideia que vinha sendo discutida desde o ano anterior, e que teve uma maior representatividade no continente. Essas entidades de outros países são muito semelhantes às organizações que compõem a Renove e atuam na promoção social com energia renovável de pequena escala.

Para a articulação desse movimento, a Renove teve o apoio da Fundação Avina. Assim, entre os pontos pactuados pelos signatários da Carta de Princípios para a constituição da Plese, em Foz do Iguaçu, está o fomento ao acesso a serviços energéticos sustentáveis: “Consideramos que a sociedade civil deve induzir e supervisionar as atividades dos Estados e complementar sua ação de forma coordenada e eficiente,

aportando outros aspectos imprescindíveis para o bom desenvolvimento das iniciativas”⁴¹.

Para as entidades, a cooperação internacional necessita estar inserida no marco de programas de energias renováveis para populações isoladas, com o fortalecimento de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias apropriadas e processos de transferência de outras experiências. Além disso, só haverá avanço com o comprometimento dos governos e de empresas de distribuição de energia na promoção de soluções elétricas descentralizadas. E que tanto as entidades que constituem a nova plataforma como demais stakeholders já parceiros dessas ONGs promovam atividades produtivas que sejam facilitadas pela energia local. O documento sugere ainda a promoção de diálogo e participação de outras redes e plataformas internacionais para o conhecimento de outras experiências e a difusão e reforço das atuações da Plese:

Juntamos nossos esforços para promover propostas e soluções efetivas, tecnologias aplicadas e políticas públicas que favoreçam o acesso sustentável aos serviços energéticos na América Latina, animados do propósito de lograr que mais cidadãos e cidadãs do continente, a partir da energização de seus povoados, tenham as oportunidades de assegurar seu desenvolvimento humano e social, conforme os Objetivos do Milênio e a Iniciativa Energia Sustentável para todos (SE4ALL) das Nações Unidas.

Todas essas relações constituídas pela Renove, com financiadores distintos, órgãos governamentais e outras ONGs que defendem a mesma bandeira, mostram a importância e o poder de influência das redes nacionais e transnacionais. Afinal, amparadas com o suporte das cooperações e/ou da ajuda internacional, elas têm se destacado por sua necessária intervenção em questões onde os Estados têm dificuldade de atuar.

A Renove como uma rede transnacional de especialistas, se relaciona por vários meios, seja pelo apoio financeiro da Usaid, REEEP, Fundação Avina e outros fontes, como pelo apoio político-institucional, como a Ashoka, os pesquisadores de universidades e os representantes de governo alinhados, outras ONGs no país e fora dele e a Agência Brasileira de Cooperação. Conhecedores uns do trabalho dos outros, ajudam-

⁴¹ Carta de Princípios de Constituição da Plataforma Latinoamericana de Energia Sustentável e Equidade. Pág 2

se mutuamente na busca de recursos para novos projetos e assim, na manutenção das ONGs. Estas, por não visarem lucro, vivem basicamente de projetos e não raras vezes precisam se reestruturar para continuar existindo, durante o intervalo de um projeto e outro. Como se vê, o desafio da Renove e de suas ONGs parceiras, não é só para por em pauta na sociedade a agenda pela qual acreditam, mas também de sua própria sobrevivência como instituição.

Considerações finais

A constituição da Renove, no início do século XXI, momento em que no Brasil pouco se falava de diversificar a matriz elétrica nacional mesmo com o aquecimento do debate global sobre mudanças climáticas, é uma demonstração das relações transnacionais constituídas em rede para descobrir e investigar problemas, além de alertar e pressionar na obtenção de políticas públicas que caminhem para a resolução dos mesmos. Consta-se que em 15 anos de existência, a Renove conseguiu influenciar políticas de governos estaduais e mesmo do governo federal através de ações direcionadas e pontuais. Elas foram desde a instalação de projetos práticos que mostram a viabilidade do uso das fontes alternativas de energia renovável, sobretudo para microgeração, até a contribuição efetiva em fóruns de decisão, como Agência de Energia Elétrica e ministérios e governos estaduais. Isso só foi possível pelo suporte financeiro da Agência de Desenvolvimento dos Estados Unidos (Usaid), que esteve com a organização desde a articulação de sua criação.

A repercussão desse trabalho mostrou-se relevante e está impulsionando a criação de uma Plataforma Latino Americana de Energias Sustentáveis e Equidade⁴². Mas os passos são igualmente lentos para obtenção de apoio logístico de consolidação desta nova rede transnacional para energias renováveis.

Soma-se a isso o fato de a Renove ter se tornado um ator na cooperação trilateral, ao ser a primeira rede transnacional com sede no Brasil a assinar um acordo com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) para representar o país em missões relacionadas ao acesso à energia e ao uso produtivo de energia renovável em países em

⁴² A apresentação desta Plataforma está em MATHYAS, Alessandra; ROSA, Fábio. A Study on Access to Electricity in Latin America and the Caribbean. Report PLESE. Dez 2014. Disponível em http://issuu.com/pplano/docs/revista-plese_boneco-8-web/0

desenvolvimento. No entanto, ainda que as conquistas sejam bastante reconhecidas, a manutenção da unidade da rede é o maior desafio, visto que, constituída por ONGs brasileiras que têm também suas dificuldades de manutenção e execução, não há uma ação definida para a sustentabilidade financeira da rede que lhe dê segurança e autonomia.

O acumulado de conhecimento das pessoas que integram essas instituições e, em última análise, a própria Renove, é seu maior patrimônio. Sua pauta é a mais atual da década: o enfrentamento às mudanças climáticas com a mitigação de emissões de gases de efeito estufa através da produção local de energia limpa. Isso, somado aos resultados que virão com os projetos em desenvolvimento de cooperação, poderão fazer da Renove mais que uma entidade nacional, mas um importante personagem transnacional no cenário mundial de inovação tecnológica e social. A ajuda para o desenvolvimento que chegou através da Usaid, agora começa a ser repassada, como um produto brasileiro para outros países por meio da cooperação trilateral. Mas parte desse produto ainda é pago pela Usaid. O que demonstra que o Brasil terá um longo caminho para se tornar um promotor da cooperação para o desenvolvimento com autonomia plena.

Bibliografia

DEMANDA DE ENERGIA 2050. Nota Técnica DEA 13/14. Empresa de Pesquisa Energética (EPE/MME). Rio de Janeiro: 2014 Disponível em <http://www.epe.gov.br/Estudos/Documents/DEA%2013-14%20Demanda%20de%20Energia%202050.pdf> Acesso 30 out 2015

Estados Unidos da América. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5120&Itemid=478&cod_pais=USA&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR Acesso 23 ago 2015

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea R. *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

JATOBÁ, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2013

KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. Cornell University Press: Ithaca and London, 1998

MATHYAS, Alessandra; ROSA, Fábio. *A Study on Access to Electricity in Latin America and the Caribbean*. Report PLESE. Dez 2014. Disponível em http://issuu.com/pplano/docs/revista-plese_boneco-8-web/0 Acesso 30 dez 2015

MITRANY, David. *A Working Peace System*. Londres: Royal Institute of International Affairs, 1946

_____. *The Functional Theory of Politics*. Londres: Martin Robertson, 1975.

PECEQUILO S, Cristina. *As relações Brasil – Estados Unidos*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2011

RIDDELL, Roger. *Does Foreign Aid Really Work?* Oxford University Press, 2007

RETHINKING ENERGY 2015. Disponível em http://www.irena.org/rethinking/IRENA%20Rethinking_Energy_2nd_report_2015.pdf Acesso 30 nov 2015.

VIOLA, Eduardo. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 17, n 50; outubro 2002. Pp 25-46

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

Annex 2

Balance of Results and Targets

Indicators (grey marked indicators, results and targets are obligatory, others are supplementary, blue valid only Year 1, green new for Year 2)	Year 1			Year 2			Year 1 and Year 2		
	Target	Result	left over or supplementary	Target	Result	left over or supplementary	Target	Result	left over or supplementary
Number of biogasifiers installed	6	7	1	8	1	7	14	8	6
Number of solar desalimators installed	5	2	3	7	7	7	12	2	10
Number of efficient stoves installed	45	119	74	50	30	20	95	149	54
Number of solar dryers installed	8	22	14	10	2	8	18	24	6
Number of water pumping systems with RE installed		3	3		4	4		7	7
Amount of biogas produced (m ³)									
Amount of biofertilizer product (m ³)									
Amount of dehydrated products produced (Kg)		3.650	3.650		1.150	1.150		4.800	4.800
Amount of organic products produced (ton)		8	8		34	34		42	42
Commercialization of dehydrated products (RS)		18.250	18.250		4.666	4.666		22.916	22.916
Commercialization of biofertilizer (RS)									
Commercialization of organic products (RS)		18.886	18.886					18.886	18.886
Number of manufacturers producing and supplying RE equipment	1	1		1	3	2	2	4	2
Number of commercialization centers created/identified	2	8	6	3	3	3	5	8	3
Number of workshops for technology dissemination carried out	6	10	4	5	1	4	11	11	
Number/description of training courses for communities, public entities	9	20	11	6		6	15	20	5
Number of people trained in the use/construction of efficient stoves		145	145					145	145
Number of vegetable oils extraction units	1	1					1	1	
Number of people trained/capacitated		576	576					576	576
Number/description of didactic material prepared and available		2.770	2.770					2.770	2.770
Number of new members for the organic farming network		40	40					40	40
Number of communities		61	61		8	8		69	69
" of public-sector agents		25	25					25	25
" of private agents		18	18					18	18
" of other stakeholders involved, strengthened or capacitated (list by type)		20	20					20	20
Number of ha/areas recuperated under sustainable management models		14	14					14	14
Number of families that adopted environmental friendly practices and biofertilization		10	10					10	10
Number of studies/reports/dignosis prepared		292	292		290	290		582	582
Number of stakeholders involved (national and international)		7	7					7	7
Number of women capacitated		16	16					16	16
Number of community women participating in project management		266	266		59	59		325	325
Number of people directly or indirectly benefitted by the project		13	13		6	6		19	19
		2.510	2.510					2.510	2.510

1. Market development for ER

2. Increment of public policies	Number of policies or regulatory improvement measures effectively promoted	1	1	1	1	1	2	3	1	
	Number of internal, external seminars and assemblies carried out	1	1	1	1	1		1	1	
	Number of RENOVE's members involved in initiatives of universalization and public policies	7	7	7	7	7		7	7	
	Number of contributions from the third sector submitted to key political actors	3	3	3	3	3		3	3	
	Number of MOUs signed with governmental entities	4	7	3	3	6	1	10	8	2
	Additional funds raised									
	New partners						2		2	2
	Number of stakeholders involved (national and international)	13	13	13	13			13	13	13
	Number of manufacturers producing and supplying RE equipment	1	4	3	3			1	4	3
	Number of credit lines made available	1	1	1	1	1	1	2	2	2
	Number of cooperation accords with national and international institutions	19	19	19	19	1	1		20	20
	Number of communities	1	1	1	1				1	1
	Number of communities strengthened or capacitated	3	3	3	3				3	3
3. Improving Technology cooperation	Number of people capacitated/trained in RE operations, maintenance and management.	50	75	25	25	50	140	215	115	
	Number of people involved in educational activities, training courses or workshops.	92	92	92	92	335	335	427	427	
	Number of people/mobilization actors capacitated and able to implement feasible solutions in RE	36	36	36	36	29	29	65	65	
	Number of NGOs trained in projects of RE	6	6	6	6			6	6	
	Number of youth participating in vocational education	50	94	44	44	20	20	70	114	44
	Number of young people entering labor market	17	17	17	17	7	7	1	24	24
	Number of courses/methods replicated in other states	1	1	1	1				1	1
	Number of women capacitated	67	67	67	67	58	58	125	125	
	Number of communities	11	11	11	11	13	13	24	24	
	Number of workshops/courses held					12	12	12	12	
	Number of pamphlets developed					1	1	1	1	
	Number of pamphlets printed					1	1	1	1	
	Number of demonstration projects installed					2	2	2	2	
	Number of community associations	1	1	1	1				1	1
	Number of public-sector agents									
	Number of private agents									
	Number of other stakeholders involved, strengthened or capacitated (list by type)	3	3	3	3				3	3
	Number of stakeholders involved (national and international)	5	5	5	5				5	5
	Number of community women participating in project management	19	19	19	19				19	19
	Number of people directly or indirectly benefitted by the project	1,118	1,118	1,118	1,118				1,118	1,118
	4. Capacity building	Number of people directly or indirectly benefitted by the project	1,118	1,118	1,118	1,118				1,118
		Number of people directly or indirectly benefitted by the project	1,118	1,118	1,118	1,118				1,118
		Number of people directly or indirectly benefitted by the project	1,118	1,118	1,118	1,118				1,118
Number of people directly or indirectly benefitted by the project		1,118	1,118	1,118	1,118				1,118	
Number of people directly or indirectly benefitted by the project		1,118	1,118	1,118	1,118				1,118	
Number of people directly or indirectly benefitted by the project		1,118	1,118	1,118	1,118				1,118	
Number of people directly or indirectly benefitted by the project		1,118	1,118	1,118	1,118				1,118	
Number of people directly or indirectly benefitted by the project		1,118	1,118	1,118	1,118				1,118	
Number of people directly or indirectly benefitted by the project		1,118	1,118	1,118	1,118				1,118	
Number of people directly or indirectly benefitted by the project		1,118	1,118	1,118	1,118				1,118	
Number of people directly or indirectly benefitted by the project		1,118	1,118	1,118	1,118				1,118	
Number of people directly or indirectly benefitted by the project		1,118	1,118	1,118	1,118				1,118	
Number of people directly or indirectly benefitted by the project		1,118	1,118	1,118	1,118				1,118	

5. Decentralized generation	Number of off-grid systems (biofuel vegetable oil) installed	1	1	1	1	1	1	1	1
	Number of electrified households		47	47				47	47
	Electrical energy parameters of the pilot project (installed kw)		130	130				130	130
	Number of key stakeholders interested in replicating the model	1	2	1	1	2	1	4	2
	Funds obtained from other resources to develop Prisma and other biofuel projects (R\$)		2,410.600	2,410.600				2,410.600	2,410.600
	Number of steps taken to the promotion of favorable policies for the model replication	1	1					1	1
	Study on technical and socio-economical issues related to decentralized power generation				1				1
	Number of communities		2	2				2	2
	" of community associations		2	2				2	2
	" of public-sector agents		2	2				2	2
" of private agents		2	2				2	2	
Number of families that adopted environmental friendly practices and biofertilization		98	98				98	98	
Number of people directly or indirectly benefitted by the project		250	250				250	250	
6. Communication and Marketing	Program's electronic newsletters		5	5		4	4	9	9
	Number of events participated in					7	7	7	7
	Number of people receiving the newsletter (online)				512	512		512	512
	Number of media appearances		45	45				45	45
	" of seminars		14	14				14	14
	" of folders		5,000	5,000		10,000	10,000	15,000	15,000
	" of banners		9	9		7	7	16	16
	" of site visitors								
" of flyers (printed)									
" of CDs, DVDs		1	1				1	1	

